



Reuniões informais do Clube de Paris selam destino de devedores

395 ANY BOURRIER
Correspondente

PARIS — Durante muitos anos correu aqui em Paris a piada do mineiro que, desembarcando no aeroporto de Orly com a lista dos teatros de revista mais atrativos da França, pretendia passar uma noitada nos Folies Bérgère para ver uma exibição de suas dançarinas sumariamente vestidas. Ao entrar no táxi, o bravo mineiro pediu ao motorista, em português mesmo, que o levasse diretamente às "folias brejeiras".

Como os tempos mudaram e a dívida externa brasileira entrou para o cotidiano nacional, a piada mais atual que circula na capital francesa é a do cidadão de Brasília que quis conhecer a sede do famoso Clube de Paris, onde os bancos centrais credores da dívida pública nacional reescalonam periodicamente os débitos do governo brasileiro. Qual não foi sua surpresa ao desembarcar no único clube de Paris que consta no catálogo telefônico da cidade, um bar especializado em coquetéis à base de rum, situado nos Champs Elysées, onde secretárias e executivos costumam tomar drinques no fim da tarde.

O brasiliense desconhecia, obviamente, que o Clube de Paris não tem sede, existência jurídica, regulamento, funcionários ou grupos de peritos. Suas reuniões, totalmente informais, podem ser convocadas em qualquer momento — basta a solicitação do país devedor — e não se realizam forçosamente na França, já ocorreram em Londres e outras capitais europeias, dependendo das circunstâncias. Delas não se guardam minutas, pois não há secretariado e todas as decisões são tomadas na base do consumo.

Nenhum Sherlock Holmes pode se gabar de ter descoberto a lista dos países membros do Clube, simplesmente porque em cada caso de reescalonamento estudado, o grupo dos credores é diferente e os participantes das reuniões também. Só se sabe quais são seus clientes mais regulares: o Brasil, o Zaire, a Índia, o Senegal, o Egito. E também quais são os órgãos internacionais convidados sistematicamente para as reuniões: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a CMUCED e, eventualmente, a OCDE.

A única regra fixa do Clube é que ele depende diretamente do Tesouro francês, cujo Diretor cabe a presidência e a nomeação de um Vice-Presidente, também francês. Os demais vice-presidentes são escolhidos entre os representantes dos outros bancos centrais credores, cada vez que o Clube se reúne. Em suma, o Clube de Paris funciona na base de acordos de cavalheiros, à maneira britânica, com apenas uma obrigação, a de respeitar o princípio do consenso em suas decisões.

Entre 1946, data de sua fundação, cujo objetivo era reescalonar a dívida externa do governo argentino, na época à beira da falência e este ano, o Clube de Paris desenvolveu uma atividade muito mais ampla que a do Fundo Monetário Internacional: 90 reescalonamentos de dívida externa de 40 países passaram por suas mãos.

Com o aumento do endividamento dos países do Terceiro Mundo a partir da década de 70 e da crise do petróleo, o ritmo das reuniões para estudar os reescalonamentos solicitados também cresceu, passando de duas por ano, em 1982, a 14 em 1984 e a 17 no ano passado. Em 1985, US\$ 15 bilhões em débitos públicos — de governo a governo — foram reescalonados pelo Clube de Paris.

"Trata-se de uma instituição que mistura a imaginação latina com o pragmatismo anglo-saxão", define Jean Claude Trichet, seu atual Presidente, referindo-se ao Clube de Paris. Em sua opinião, "a intervenção do Clube de Paris visa a evitar que um país devedor chegue ao estágio da moratória e dar-lhe novamente a credibilidade necessária para que possa captar novos empréstimos internacionais."

O Clube impõe, contudo, algumas condições ao endividado. Antes de solicitar sua arbitragem, é fundamental que este país obtenha um crédito stand by do FMI, que confirme a intenção do devedor de sanear sua economia, portanto, embora não seja uma regra escrita, a participação do FMI é indispensável, como o último elo da longa corrente da negociação da dívida. E este ponto que está bloqueando atualmente a renegociação do Brasil, que não obteve crédito stand by do FMI porque não o solicitou este ano.

Os países que recusam a intervenção do FMI em sua política econômica são automaticamente barrados na porta do Clube de Paris. Isto já ocorreu várias vezes com o Congo, por exemplo. E os que não fazem parte do Fundo Monetário Internacional, como Cuba e Polônia, têm que aceitar a visita de uma comissão do Ministério das Finanças francesas que, como o FMI, examina as contas do país e no final impõe-lhe um programa de saneamento econômico específico, que deve ser cumprido.

O cerimonial do apelo ao Clube de Paris é sempre o mesmo: cabe ao Ministro das Finanças do devedor ou outra autoridade da área econômica solicitar por escrito a intervenção e apresentar ao Clube um relatório sobre sua economia. Depois, o representante do FMI ou do Banco Mundial dão seus pareceres, antes que os credores façam suas perguntas, uma sabatina que indica o clima e a disposição dos representantes dos bancos centrais credores.

As reuniões do Clube de Paris duram um dia no máximo e podem se resolver em algumas horas. Mas, sem a presença do devedor, o Clube reúne-se pela segunda vez, secretamente, para discutir as condições finais do reescalonamento que cobre geralmente as dívidas de um ou dois anos precedentes. O Clube prefere o prazo de oito anos para o reescalonamento, com período de três a quatro anos de carência. Portanto, a arbitragem sempre procura não ultrapassar o médio prazo. Nos últimos anos o ritmo de solicitações e o crescimento das dívidas externas dos países em desenvolvimento deu força à tese de que o Clube de Paris deveria conceder reescalonamentos plurianuais, para não obrigar os devedores a voltarem a Paris com frequência, uma vez por ano.

"Nosso papel consiste em procurar soluções técnicas para dificuldades financeiras imediatas", explicam os dirigentes do Clube de Paris. Para eles, as soluções a longo prazo "são remédios que só o FMI pode recetar".

Apesar de ser considerado um órgão indispensável, tanto pelos credores quanto pelos devedores, o Clube de Paris não escapa das críticas dos peritos financeiros. Há quem julga que seus dirigentes não deveriam usar os mesmos critérios para reescalonar as dívidas externas de países cujo estágio de desenvolvimento é diferente. "Não se pode agir da mesma maneira com o Brasil e com o Togo", reagiu um participante das reuniões do Clube.

Com muita serenidade os dirigentes do Clube de Paris analisam as declarações de líderes latino-americanos que reivindicam melhores condições para a negociação do endividamento do continente. "Tanto Alan Garcia, que pretende limitar a dez por cento o reembolso de seus débitos, quanto Fidel Castro, que prega a moratória, buscam apenas resultados políticos com estas declarações", ponderam funcionários do Tesouro francês. E, de fato, apesar de seus desafios ao FMI e ao Clube de Paris, Cuba continua pagando escrupulosamente suas dívidas e respeitando as regras do Clube.

Segundo um estudo publicado pela Universidade de Princeton e intitulado "The role of the Paris Club in managing debt problems", o Clube de Paris contribuiu de tal maneira a resolver os problemas provocados pela crise do endividamento internacional que "se não existisse seria preciso inventá-lo nos anos 80". Alexis Rieffel, o autor do estudo, conclui que "a capacidade do Clube de Paris de adaptar-se a novas situações nos indica que todos os problemas de dívida externa pública serão resolvidos no devido tempo". Uma declaração que abre excelentes perspectivas para as autoridades brasileiras, na próxima semana.